

Colóquio Internacional
POLÍTICA DE MEMÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE DES(EXÍLIO)

13 a 15 de março de 2017

**PPGHIS - Intersubjetividade e pluralidade; reflexão e
sentimentos na história**

Colégio Internacional de Filosofia (França)

Resumos:

Daniel Lvovich (Universidad Nacional de General Sarmiento/CONICET) - *Historia y Reconocimiento*

En nuestra ponencia analizaremos los modos en que la historia y las ciencias sociales contribuyeron al reconocimiento de las víctimas de dos tipos de crímenes perpetrados por la dictadura militar argentina: la violencia sexual contra mujeres y la desaparición, tortura de campesinos pobres del norte de la Argentina. Consideraremos para ello algunas intervenciones académicas de investigadores que tuvieron repercusión en el ámbito judicial, y formularemos una reflexión sobre el problema del reconocimiento y la memoria a la luz de los casos considerados

Emerson Gabardo, UFPR/PUC - *Brasil: entre o Estado de Direito e o Estado de Exceção.*

Inicia descrevendo o significado da expressão “Estado de Direito”. Analisa brevemente a recepção do conceito no Brasil tecendo uma crítica às diferenças entre teoria e prática social. Destaca o papel do Estado como princípio unificador de uma sociedade tradicionalmente de ausente “espírito público” e sem uma realidade efetivamente republicana. Defende que tal descrição história pode implicar a caracterização de uma espécie de “estado de exceção” no Brasil até a promulgação da Constituição de 1988. Ressalva que no século XX o Brasil passou por mudanças neste quadro histórico, mas que não romperam de forma significativa com as práticas e mentalidades pré-existentes. Conclui fazendo uma abordagem do contexto contemporâneo, que ao invés de reforçar a tendência moderna de formação de um autêntico Estado de Direito (conforme proclamado pela CF/88) acaba por impulsionar um retrocesso rumo à sua negação.

Larissa Ramina, UFPR - *Globalização e Terceiro Mundo*

O foco proposto está no exame do impacto da globalização nos povos do “Terceiro Mundo” – ainda que esta expressão seja problemática e anacrônica – e, mais especificamente, no papel que o direito internacional e as instituições internacionais desempenham na promoção desta globalização, e o impacto desta globalização na garantia dos direitos humanos. A compreensão da realidade atual passa necessariamente pela análise do processo que permitiu tornar o direito internacional europeu aplicável em todos os demais continentes a partir do colonialismo e sua missão civilizatória.

Marcelo Viñar, Psicanalista, Uruguai – *El sujeto en Exilio. Entre el ser de la intimidad y el de la barbarie política*

Subrayando la importancia de la prematuridad al nacer y la prolongada dependencia de su entorno humano y cultural, el psicoanálisis concibe la humanidad de su retoño como un proceso en construcción, un desarrollo gradual y paulatino que organiza la arquitectura básica de su personalidad. No nacemos con un pensamiento lógico, este se conquista y construye durante el desarrollo en una relación compleja entre la psicogénesis, (lo que aporta el sujeto) y el soporte del contexto familiar y sociocultural donde se procesa la maduración y el desarrollo. Antes, en un tiempo infante prevaleció el sincretismo y un pensamiento animista, el que deja marcas, huellas o reliquias en la vida ulterior.

Cuando la violencia extrema (Tortura, genocidio, desplazamiento forzoso) provoca un terremoto en la estructura identificatoria, el desexilio no consiste en borrar las marcas como pretende la noción de resiliencia, sino mediante el esfuerzo insensato de no quedar atrapado en la condición de víctima, o anclado en la melancolía se una memoria escatológica, sino reinventar y construir un proyecto de vida, proyecto alternativo que no repita la historia personal, sino que sin olvidarla la reformule.

Marcos Gonçalves, UFPR - *Imigração haitiana e a crítica dos intelectuais à razão humanitária*

A comunicação tem como ponto de partida a imigração haitiana para o Brasil, cujo impulso nos primeiros anos desta década tomou como compreensão e argumento central a catástrofe natural que atingiu o país caribenho: o terremoto de janeiro de 2010. Intelectuais haitianos como Jean Anil Louis-Juste (2007), mesmo antes do acontecimento, passaram a organizar uma crítica, que, aprofundada nas teses de Franck Seguy (2014) tem como foco examinar as ações de organismos internacionais quanto ao modelo de política humanitária adotado no sentido de “resgatar” e “redimir” o povo haitiano da precarização e miséria estruturais. Neste sentido, o núcleo dessa crítica é de que se trataria de um novo processo de recolonização do Haiti, e de uma solidariedade do espetáculo, que visam, tão somente, afirmar uma ordem que condena o país a uma desumanização da vida. Ao contrário de considerar a diáspora haitiana meramente como um dado cultural inscrito na longa duração, nossa comunicação indaga, portanto, quais as possíveis tensões e conexões existentes entre a intensificação dessa diáspora e as políticas empreendidas pela “internacional humanitária”.

Marie Claire Caloz-Tschopp, Universidade de Genebra, Presidente do Colégio Internacional de Filosofia – *Politiques de la mémoire, Exil/Desexil, Philosophie et Politique ; Questions à l’émancipation.*

Minha intervenção sobre a política da memória deriva de questões desenvolvidas pelas pesquisas do programa que coordeno no *Colégio Internacional de Filosofia*. Este programa se desdobrou em seis etapas (Suíça, Chile, Turquia, França), analisando situações e interpretando vários autores (Arendt, Ivekovic, feministas materialistas, Balibar, Bleger, Luxemburgo, Gramsci). Na fase final da síntese do programa e, a partir da dialética entre o exílio e (des)exílio, procurou-se evidenciar ou mesmo apontar caminhos para converter a "violência extrema" (Ogilvie, Balibar) em novas formas de cidadania, levando-se em conta a história recente da globalização (colonização, imperialismo, sistemas guerra “total”, ultra-liberalismo, desde o laboratório Mont Pelerin introduzido na América Latina pela Escola de Chicago, etc). Como e em que medida o processo político, o pensamento, os movimentos sociais, as transformações da subjetividade, conseguem enriquecer suas ações no sentido de encontrar formas de emancipação, de (des)exílio? Quais as

dificuldades que eles enfrentam no contexto atual? O que pode contribuir um trabalho que se posicione entre a filosofia e a política?

Marion Brepohl, UFPR – *Política de memória e reparação: da invisibilidade de populações atingidas pela colonialidade do poder*

A partir de uma visão transnacional, procuramos evidenciar como, em regiões povoadas ou despovoadas por relações de poder que se orientam pela premissa da colonialidade, o “outro” (real ou imaginário), estigmatizado por preconceitos de gênero, classe, cultura e raça, é alvo de sistemas de dominação que incorporam, com maior ou menor intensidade, o genocídio, os massacres administrativos, regime de reservas, trabalho forçado, tortura, humilhação.

Não se trata de sintomas de desgoverno ou de campos isolados de brutalidade, e sim de uma estrutura sócio-afetiva de poder constitutiva da Segunda Modernidade. São experiências históricas que guardam entre si outra semelhança: a tentativa recorrente de apagamento da memória.

Valendo-me dos exemplos da Namíbia colonial, da ditadura militar no Brasil e da Alemanha nazista, procuro analisar como a memória subterrânea revela este outro, cuja história foi denegada, esquecida ou silenciada.

Pyero Eyben , UNB - *Democracia de extinção: angústia e traço contemporâneos*

Partindo dos desdobramentos do golpe de estado ocorrido no Brasil em 2016, essa comunicação pretende discutir o as esferas do estado de exceção, de transição e de extinção, como formadores da pulsão destrutiva da memória do país. Tomando como ponto de inflexão os modos de representação midiáticos deste golpe tramado desde as últimas eleições presidenciais, pretendo desenvolver o conceito de “democracia de extinção” como uma espécie de norma política que prevalece no Brasil, como formação e disjunção do Estado.

Olga L. González, Universidade de Paris/ Diderot - *Colômbia: a memória em tempos de “ pós conflito”*

Une composante de ce qui s’est joué lors du processus de paix qui signa la fin du conflit armé avec les Farc en Colombie a été la question de la mémoire. Ce point est même apparu dans l’agenda des négociations entre les parties (concrètement dans la section « Vérité » des Accords de Paix, laquelle contient des directives pour créer le Musée de la Mémoire et soutenir les institutions dévouées à cette mission).

Ce point fait partie de la « dette historique » qu’a la Colombie envers elle-même : il semble nécessaire de connaître (c’est-à-dire parcourir, remettre à jour) et reconnaître (c’est-à-dire donner une place au sein du pouvoir) les « vaincus de l’histoire », ainsi que toutes les victimes de la guerre. Dans les quinze dernières années, les mobilisations des victimes, ainsi que le soutien institutionnel (Centre National de la Mémoire Historique), a assuré d’inscrire cette question dans la vie de la cité.

Des menaces pèsent cependant aujourd’hui sur les efforts en vue de faire émerger ces voix et cette mémoire : le vote majoritaire du « NON » lors du référendum montre que l’opposition à la guérilla (et à leur symbolique) est vive en Colombie. D’autre part, l’arrivée à la Maison Blanche d’un pouvoir auto-centré et ignorant des affaires du monde fragilise également cette politique de la reconnaissance.

Dans ces circonstances, la question qui se pose pour les Colombiens est de savoir si les « processus de mémoire » seront assez solides pour résister à la politique de l’oubli.

Silvina Ines Jensen, Universidad Nacional del Sur (Bahía Blanca - Argentina) -
Experiencias de lucha, memorias de dolor: la reescritura de la historia exilio argentino de los años 1970 en el cambio de siglos

La postergada aprobación de una ley de reparación para “aquellas personas argentinas, nativas o por opción y extranjeros residentes en el país que hayan estado exiliadas por razones políticas entre el 6/11/1974 y el 10/12/1983” – cuyo primer proyecto fue discutido en sede parlamentaria en 1998 –, ha coadyuvado a la reinstalación del exilio como tema de la agenda pública de la Argentina y a su debate en el contexto de la tramitación de los otros legados violentos de la última dictadura militar (muertos, desaparecidos, presos políticos).

En este contexto, la ponencia se propone poner en diálogo dos momentos de la historia del último exilio político argentino de cara a pensar cómo en el cambio de siglos se viene operando una reescritura en clave dolorosa de la experiencia exiliar, que repone a los exiliados fundamentalmente como víctimas y que elude, oblitera o deja en segundo plano, otras identidades y autoidentificaciones que en la contemporaneidad dictatorial, permitían reconocerlos preferentemente como luchadores, resistentes y hasta privilegiados.

